

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Grupo Parlamentar do PCP realizou esta semana um encontro com a Comissão de Trabalhadores da TAP, onde foi analisada a situação da companhia e dos trabalhadores, num quadro de grande incerteza quanto ao futuro. Os últimos meses têm sido marcados por sucessivas referências ou notícias, de origem desconhecida, dando nota de que se prepararia uma mudança de acionistas na TAP.

O PCP continua a sublinhar a importância da TAP para o país. Uma importância que não desaparece com a errada opção do Governo PS de manter parte do capital e a sua gestão em mãos privadas. Uma importância que se expressa no contributo para o PIB (a TAP é hoje, tal como já o era antes da privatização, o maior exportador nacional com vendas superiores a 2 mil milhões de euros), no contributo da TAP para a criação de emprego de qualidade (que se expressa nos mais de cem milhões de euros entregues cada ano à Segurança Social portuguesa) e no contributo da TAP para a economia nacional, seja por via dos produtos que adquire no mercado nacional seja por via dos turistas que transporta.

A instabilidade acionista, a tendência para a concentração monopolista e o facto de os acionistas privados pensarem apenas nos seus lucros e vantagens à hora de tomar decisões, são algumas das razões pelas quais o PCP sempre defendeu que as empresas estratégicas devem ser públicas. É nesta medida que a situação aconselharia a que o Governo tomasse medidas para a retoma de todo o capital da TAP.

No entanto, os verdadeiros perigos que a TAP enfrenta têm estado bem mais longe dos olhos dos portugueses. O principal deles é o processo de «Joint-Venture» com a Azul, anunciado publicamente pela Administração da TAP. Este aprofundamento da relação da TAP com a Azul, na rota mais lucrativa para a TAP, o Brasil, faz lembrar outra parceria, com a Swissair, que por pouco não liquidou a TAP. Os contornos conhecidos da operação são manifestamente escassos, os trabalhadores estão preocupados e o Governo deveria prestar esclarecimentos públicos.

Outro problema que se arrasta é a descaracterização da TAP, onde o exemplo noticiado da refeição ser substituída por um pacote de batatas fritas ou um bolo, é um reflexo de um processo mais vasto. Foram o encerramento das Lojas, a subcontratação da ponte aérea, os sucessivos atrasos, a falta de trabalhadores, a utilização intensiva de subaluguer de aviões e

tripulações.

A TAP tem crescido sucessivamente, em oferta e procura, mas à custa de uma redução muito significativa do preço e da qualidade, e tem visto os seus resultados líquidos degradarem-se. Ao contrário da Azul, que desde a parceria com a TAP viu os seus resultados melhorarem substancialmente.

Ou seja, a gestão da TAP, que o Governo PS manteve nas mãos da Gateway, está longe de poder demonstrar qualquer vantagem face à gestão pública. E também está na altura de acabar com o abandono da gestão aos interesses privados.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Que informações possui o Governo sobre eventuais alterações na estrutura acionista da TAP?
2. Que informações possui o Governo sobre a «Joint-Venture» que está a ser montada entre a TAP e a Azul? Que medidas vai adotar para salvaguardar o interesse nacional?
3. Está o Governo disponível para promover a recuperação do efetivo controlo público sobre a TAP?

Palácio de São Bento, 4 de dezembro de 2019

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)